

Atualizando as tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)*

Leonardo Rodrigues Porto¹

Fernando César de Macedo²

Resumo

Este trabalho faz uma atualização dos parâmetros da Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), baseada no levantamento de dados mais recentes disponíveis. Segue a metodologia adotada para classificação das Microrregiões (MRG) do IBGE, apresentada na versão original da política, institucionalizada pelo Decreto nº 6.047 de 2007. Esta metodologia definiu as seguintes tipologias: i. MRG de Alta Renda; ii. MRG de Baixa Renda; iii. MRG Dinâmica; iv. MRG Estagnada. O resultado indica uma grande alteração na classificação das MRG. Conforme apresentado, 207 das 557 MRG tiveram suas classificações alteradas com a atualização dos dados que parametrizam as tipologias da PNDR.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; PNDR; Política Regional.

Abstract

This work updates the parameters of the Subregional Typology of the National Policy for Regional Development (PNDR), based on the latest available data collection. It follows the methodology adopted for the classification of the Microregions (MRG) of IBGE, presented in the original version of the policy, institutionalized by Decree nº 6.047 of 2007. This methodology defined the following typologies: i. MRG High Income; ii. MRG of Low Income; iii. MRG Dynamics; iv. Stagnant MRG. The result indicates a large change in MRG classification. As presented, 207 of the 557 MRG had their classifications changed with the update of the data that parameterize the typologies of the PNDR.

Keywords: Regional Development; PNDR; Regional Policy.

* Este trabalho contou com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Ministério da Integração Nacional. As opiniões aqui expressas são de exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem as posições de qualquer instituição

Submetido em 28.11.2017. Aprovado em 11.04.2018

¹ Doutorando pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE).

E-mail: lnrporto@gmail.com

² Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE).

E-mail: fernando.cezardemacedo@gmail.com

1. Introdução

O objetivo deste texto é apresentar uma atualização dos parâmetros da Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com base no levantamento de dados mais recentes. Após dez anos de institucionalização da PNDR,³ a atualização de sua tipologia favorece o planejamento e ação dos atores envolvidos com a política e ajuda na reflexão sobre a dinâmica regional brasileira pós-2003. Neste início de século, diversos vetores atuaram sobre as regiões do país com resultados distintos, especialmente, aqueles derivados das políticas implícitas de caráter social.⁴ Este período também foi marcado pelo aprofundamento da inserção comercial brasileira no mercado externo, através de atividades intensivas em recursos naturais, constituindo o que autores como Osório (2012a; 2012b) chamam de padrão de reprodução exportador de especialização produtiva ou, ainda, especialização regressiva ou mesmo reversão neocolonial.

A nova tipologia apresentada contempla os problemas associados aos baixos níveis de renda e à relativa estagnação econômica em nível de microrregiões (MRG), do IBGE. Deste modo, dá-se continuidade às práticas “inauguradas” pela PNDR de *realçar aspectos tradicionalmente ignorados* da política regional brasileira, em função das distorções causadas pelas escalas geográficas – especialmente, com a predominância do uso das macrorregiões no desenho das políticas, como vigorou no passado.

Como se sabe, as análises e os parâmetros foram construídos destacando-se variáveis reconhecidas como determinantes das desigualdades regionais, relacionadas à estrutura de ocupação das regiões, base produtiva e relação das famílias com esta base produtiva, assim como da dinâmica econômica (BRASIL, 2010). Com isto, a Tipologia da PNDR cobre todo o território nacional e foi construída com intuito de estabelecer um “quadro referencial das desigualdades regionais” no Brasil.

Em 2003, quando a política começava a ser formulada, foram utilizados os dados então disponíveis relativos às duas variáveis básicas, de renda domiciliar por habitante e das estimativas de crescimento do PIB *per capita* (BRASIL, 2003). Só este fato já gera um problema no que se refere aos atuais critérios para atuação da política regional. Quer dizer, a Tipologia Sub-regional, construída para classificar as microrregiões que serão atendidas prioritariamente pela PNDR, baseia-se num conjunto de dados ainda da década de 1990, com até mais de vinte anos atrás. Não refletem, portanto, a atual situação social e econômica das regiões.

³ Doze anos após sua apresentação ao público e dez depois de sua institucionalização, pelo Decreto nº 6.047 de 2007.

⁴ Sobre os resultados das políticas implícitas, ver Araújo (2013). Sobre os vetores que atuaram sobre a dinâmica regional brasileira neste período, ver Macedo, Pires e Sampaio (2017).

Deste modo, para a atualização dos parâmetros, seguiremos a metodologia adotada para classificação das Microrregiões (MRG) do IBGE, apresentada na versão original da política, que definiu as seguintes tipologias: i. MRG de Alta Renda; ii. MRG de Baixa Renda; iii. MRG Dinâmicas; iv. MRG Estagnadas. Entre os principais resultados encontrados, indicamos uma grande alteração na classificação das MRG. Conforme apresentado mais adiante, aproximadamente 37% das 557 MRG analisadas tiveram suas classificações alteradas com a atualização dos dados que parametrizam a tipologia. Em seguida, apresentamos os principais passos adotados e, depois, fazemos uma discussão dos principais resultados, tanto em termos da nova classificação como pela análise individual das variáveis utilizadas, permitindo aprofundar o conhecimento sobre o quadro atual dos desequilíbrios regionais no Brasil.

2. Metodologia

A Tipologia que será aqui apresentada incorpora as estimativas do Produto Interno Bruto (PIB) municipais, fornecidas pelo IBGE, com base na metodologia de 2010, e procura reproduzir, na medida do possível, os procedimentos metodológicos adotados na ocasião da segunda fase da PNDR (2011-2015), com poucas modificações. Deste modo, procurou-se construir um novo Mapa de Referência da política, com base nesse levantamento. De acordo com os parâmetros utilizados na elaboração da PNDR e na sua avaliação ao longo dos anos, as variáveis utilizadas no presente trabalho procuram exprimir padrões e dinâmicas recentes da distribuição da população no território, suas características no que tange ao seu rendimento médio e o dinamismo econômico local/regional medido pela variação do produto.

A escolha das MRG do IBGE como escala espacial de análise diminui os problemas da agregação macrorregional, que costuma esconder diferenças internas muito grandes. Isto permite captar diferenciações que refletem a diversidade e os desequilíbrios regionais com maior precisão do que as escalas macrorregionais. Contudo, ainda assim, as manchas de pobreza também podem ficar “escondidas” por esta escala, afinal as cidades polos de cada microrregião têm papel socioeconômico maior, o que eleva seu peso na conformação dos indicadores.⁵ Por esta razão, ressalta-se a importância da abordagem multiescalar utilizada

⁵ Conforme apontado por Macedo e Porto (2017), a Tipologia adotada pela PNDR agrega casos díspares de municípios que se localizam na mesma microrregião geográfica, escondendo diferentes situações nas quais municípios de uma mesma área apresentam porte e estruturas diferenciadas e desempenham papéis distintos na rede urbana sub-regional. Com efeito, na PNDR, este problema foi contornado para o caso dos municípios da Região Norte, em que se divulgou um mapa de referência com a base municipal, em vez de MRG, exclusivamente para aquela região (BRASIL, 2010). Entende-se, no entanto, que o problema se estende a todas as áreas do país e que não ocorre, apenas, em função do tamanho territorial das unidades geográficas, mas pela enorme heterogeneidade social, econômica e produtiva em todo o território nacional.

pela PNDR, devendo-se incorporar, inclusive, a rede urbana como escala relevante de análise e proposta de política. Porém, isto não torna as demais escalas (macro e mesorregional etc.) menos relevantes, como, aliás, consta no documento da política.⁶

Pelo exposto, a tipologia sub-regional da PNDR classifica as microrregiões com base em dois parâmetros, que são os níveis de renda por habitante e o crescimento do PIB *per capita*, conforme se segue:

a) *Nível de renda, medido pelo Rendimento Domiciliar Monetário por Habitante*

Para cálculo desta variável, buscou-se o valor total dos rendimentos recebidos por município, aferidos pelo Censo Demográfico de 2010. Em conformidade com a metodologia originalmente utilizada na PNDR, o valor do rendimento foi ajustado por um índice de cesta básica, com referência no valor da menor cesta entre as cidades investigadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).⁷ Em seguida, agrupado os valores por MRG, foi atribuída cota-parte de cada uma no total ajustado, e “imputado” esta cota-parte ao valor nominal do Brasil. Assim, a variável investigada é dada pelo quociente do valor ajustado e a população residente nas MRG no ano analisado.⁸

b) *Dinamismo econômico, medido pela Taxa de Variação Geométrica dos PIBs per capita*:

Para este indicador, calculou-se o PIB das MRG com base no PIB municipal a preços correntes (R\$), de 2002 a 2014, divulgados pelo IBGE. Os valores foram deflacionados pelos deflatores setoriais dos PIBs das UFs (a preços de 2010). Foi obtida a média trienal simples dos PIBs das MRG para os triênios 2002-2004 e 2012-2014. Em seguida, calculou-se a taxa de crescimento anual. O valor por habitante foi obtido com o quociente do PIB da MRG a preços constantes, pela média da população dos municípios nos períodos respectivos.

2.1. Passos adotados e tratamento das variáveis

- Taxa de Crescimento Geométrico do PIB *per capita* das Microrregiões

⁶ Com efeito, a *multiescalaridade* foi um importante avanço e um dos princípios norteadores mais elogiados da PNDR. Todavia, convém ressaltar que a política não logrou o mesmo êxito quando se fala em *multidimensionalidade*, formulando os seus parâmetros com um evidente viés econômico, em que pese o debate a respeito da necessidade de se incorporar diferentes dimensões (culturais, ambientais, de infraestrutura social e urbana etc.).

⁷ Trata-se da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA), realizada mensalmente pelo DIEESE, e que consiste num “levantamento contínuo dos preços de um conjunto de produtos alimentícios considerados essenciais”, em algumas das principais cidades do país. Ver DIEESE (2017).

⁸ Ressalta-se que o valor do salário mínimo, em 2010, era de R\$ 510.

Para a construção desta variável, a base de dados foi montada a partir dos dados do PIB dos municípios, ano de referência 2010, a preços correntes, no período de 2002 a 2014, divulgados pelo IBGE (2017). As informações utilizadas consistem no Valor Adicionado Bruto (VAB) Total – PIB a preços básicos – e por setores econômicos (agropecuária, indústria, serviços e administração pública). Assim, com a obtenção de toda a série numa mesma metodologia e ano de referência, a base de comparação é mais segura.

Com a base montada, os dados foram agrupados por microrregiões e, em seguida, para cálculo da taxa de crescimento, utilizou-se como deflator da série nominal os deflatores implícitos setoriais (índices de preços) por UFs, divulgados nas Contas Regionais do IBGE. Uma vez que o IBGE tinha disponibilizado os índices de preços ao nível total e/ou por atividades econômicas, buscou-se agrupar as informações por setores. Deste modo, o deflator de cada setor foi dado pela divisão entre as somas dos valores adicionados de cada atividade pertencente ao setor a preços correntes e a preços do ano anterior, em cada ano. Este procedimento foi adotado para os casos da Indústria e dos Serviços (exclusive Administração Pública - APU). Para o caso da Agropecuária e da APU os índices já estavam disponíveis.

Em seguida, a base foi ajustada com os índices anuais, adotando-se procedimento estatístico para que todos os VABs estivessem a preços de 2010. Já para o cálculo do PIB *per capita*, optou-se por utilizar a média da população nos anos escolhidos. Deste modo, levantou-se a média aritmética da estimativa da população municipal nos períodos 2002-2004 e 2012-2014, também agregados por MRG. Por fim, com os dados preparados e os valores ajustados a preços constantes, calculou-se a média aritmética dos PIBs das MRG nos triênios de 2002-2004 e 2012-2014, eliminando a influência de efeitos espúrios ou sazonais sobre a dinâmica econômica das regiões. O PIB *per capita* foi obtido com a divisão das médias dos PIBs com a média da população. Calculou-se, então, a taxa de crescimento geométrico anual entre os dois períodos.

- Rendimento Monetário Domiciliar Mensal por habitante

A base de dados para a variável de rendimento foi construída a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010. De acordo com o IBGE, o *Rendimento nominal mensal domiciliar* consiste na soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive os menores de 10 anos de idade,⁹ ou não considerados residentes (ex.: moradores na condição de pensionistas). Portanto, o Valor Total dos Rendimentos por município refere-se à soma de todos os rendimentos recebidos em três quesitos: a) rendimento no trabalho

⁹ Notar que, para obtenção do valor do rendimento por habitante, considera-se todo o conjunto da população, isto é, a razão entre o valor da soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, com mais de dez anos de idade, e o tamanho total da população residente.

principal; b) rendimento nos demais trabalhos; c) rendimento oriundo de outras fontes.¹⁰ As informações obtidas foram agrupadas por microrregiões.

Ainda seguindo a metodologia proposta na fase anterior da PNDR, aplicou-se uma referência de *paridade de poder de compra* aos dados de rendimento domiciliar médio. Para tanto, utilizou-se o valor médio das cestas básicas de 17 capitais estaduais, estimadas pelo DIEESE, no ano de 2010 (Tabela 1). Adotou-se como referência o valor da menor cesta (Aracaju - SE) daquele ano, de modo que os valores corrigidos dos rendimentos monetários médios mensais consistem na divisão do valor da renda nominal pela relação entre o valor da cesta básica da UF e o menor valor entre as cestas no conjunto investigado. Para as UFs que não apresentaram valor das cestas básicas, adotou-se o valor do estado mais próximo,¹¹ física ou funcionalmente.

Tabela 1 – Valores das cestas médias e os índices utilizados (2010)

Capital	Valor médio, 2010 (R\$)	Índice de cesta básica	Capital	Valor médio, 2010 (R\$)	Índice de cesta básica
Aracaju	177,86	100,00	Manaus	234,93	132,09
Belém	216,13	121,52	Natal	204,84	115,17
Belo Horizonte	225,73	126,92	Palmas*	215,53	121,19
Boa Vista*	234,93	132,09	Porto Alegre	248,11	139,50
Brasília	226,25	127,21	Porto Velho*	234,93	132,09
Campo Grande*	247,90	139,38	Recife	198,93	111,85
Cuiabá*	247,90	139,38	Rio Branco*	234,93	132,09
Curitiba	226,93	127,59	Rio de Janeiro	229,76	129,18
Florianópolis	228,58	128,52	Salvador	204,13	114,77
Fortaleza	187,03	105,16	São Luís*	216,13	121,52
Goiânia	215,53	121,19	São Paulo	247,90	139,38
João Pessoa	189,60	106,60	Teresina*	187,03	105,16
Macapá*	216,13	121,52	Vitória	231,48	130,15
Maceió*	198,93	111,85			

Fonte: DIEESE. Acesso em 2017. Elaborado pelos autores.

* Valores arbitrados, conforme explicitado na nota de rodapé número 10.

Em seguida, o Valor Total dos Rendimentos recebidos por MRG foi ajustado pelo índice de cesta básica de cada UF. Adicionalmente, foi imputada para cada MRG a cota-parte no total do valor ajustado, mantendo-se como referência o total nominal dos rendimentos recebidos no país. O valor do rendimento corrigido de cada MRG é, portanto, a multiplicação do Valor total dos rendimentos recebidos no país pela cota-parte da MRG no total ajustado.

¹⁰ Por exemplo: aposentadorias e pensões, Programa Bolsa Família (PBF), Benefícios de Prestação Continuada (BPC), Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI), outros programas sociais e transferências de renda, previdência privada, aluguel, juros de poupança e outras aplicações financeiras etc.

¹¹ No caso dos estados que o DIEESE não disponibiliza os dados, utilizou-se valores de outros estados, escolhidos pela proximidade, conforme metodologia já praticada na elaboração da PNDR. Desta forma, os valores da cesta de Belém foram atribuídos a São Luís, no Maranhão, e a Macapá, no Amapá. Da cesta de Manaus, a Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista. Para Campo Grande e Cuiabá, a cesta de São Paulo. Palmas, a de Goiânia. Maceió a de Recife. Teresina a de Fortaleza.

Por fim, o Valor do Rendimento Domiciliar Monetário por habitante foi obtido pela divisão entre o valor corrigido e a população da MRG no Censo de 2010.¹²

Na Tabela 2, verifica-se que o rendimento monetário domiciliar médio por habitante, em 2010, para o Brasil é de R\$ 547,09, e que a média da taxa de variação do PIB *per capita*, no período analisado, é de 2,56% a.a. Tais valores correspondem à média das MRG investigadas. Também apresenta as principais estatísticas descritivas dos indicadores utilizados, com destaque para os limites inferior e superior de cada variável. A análise de distribuição dos parâmetros utilizados foi feita em quartis, sendo que o primeiro e o terceiro quartil foram desdobrados em dois estratos que correspondem, respectivamente, a 5% e a 20% das observações, possibilitando-se distinguir os valores extremos e permitir uma melhor visualização em cartogramas. Forma-se, com isto, sextis, cuja mediana dos dados separa os três estratos superiores e os três inferiores.

Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis utilizadas

	Renda <i>per capita</i> corrigida	Taxa de crescimento do PIB municipal <i>per capita</i>
Média	547,09	2,56
Mediana	542,13	2,45
Primeiro Quartil	340,14	1,59
Terceiro Quartil	708,06	3,34
Desvio Padrão	225,80	2,25
Curtose	0,46	28,00
Assimetria	0,63	2,84
Mínimo	160,04	-6,96
Máximo	1.672,24	26,60
Número de MRG	557	557

Fonte: Elaborado pelos autores.

3. Construção da nova Tipologia

Para a construção da nova Tipologia Sub-regional da PNDR, optou-se por seguir os mesmos procedimentos adotados para a implementação da política, no que se refere aos critérios de utilização dos dois parâmetros básicos de referência. Ou seja, a partir do cruzamento das duas variáveis. Deste modo, para cada parâmetro, foram considerados valores "ALTOS" – alta renda ou alto crescimento do PIB *per capita* –, aqueles situados acima do terceiro quartil; por sua vez, os valores "MÉDIOS" – posição intermediária de renda ou de crescimento econômico – são os que estão situados entre o primeiro e o terceiro quartil, ou seja, em torno da mediana. Por fim, consideraram-se valores "BAIXOS", isto é, de baixa renda ou de baixo crescimento, aqueles que se apresentaram inferiores ao primeiro quartil.

¹² Os procedimentos adotados para esta variável reproduzem, exatamente, os que foram adotados quando da elaboração da PNDR, de forma que, aplicando-se os mesmos passos para o ano de 2000, chega-se aos mesmos resultados obtidos quando da elaboração da política.

Quanto à classificação das MRG com base no cruzamento dos parâmetros adotados, mantiveram-se as denominações já utilizadas pela PNDR, a fim de se identificar com maior facilidade as mudanças e permanências, bem como avaliar alguns resultados da política, no que tange ao dinamismo regional. Deste modo, foram gerados os seguintes grupos:

Sub-Regiões de Alta Renda – caracterizada como a situação mais favorável possível dentro do quadro analisado. Reúne o quartil superior das MRG com maior rendimento por habitante no país, totalizando 139 unidades territoriais (25%).

Sub-Regiões de Baixa Renda – situa-se no outro extremo da condição anterior, sendo a situação menos favorável. Tratam-se das MRG com o menor patamar de rendimento nominal por habitante e com menores taxas de crescimento do PIB *per capita* (médio ou baixo crescimento). Neste grupo, encontram-se 120 unidades territoriais (21,5%).

Sub-Regiões Dinâmicas – uma das duas situações intermediárias apresentadas. Trata-se do grupo de MRG com as maiores taxas de crescimento do PIB *per capita* e que não figuram no grupo de Alta Renda, totalizando 110 MRG (19,7%).

Sub-Regiões Estagnadas – dispõe de valores intermediários de rendimento médio por habitante, mas que apresentam taxas médias ou baixas de dinamismo econômico, medidas pelo crescimento do PIB *per capita*. Foram classificadas 188 MRG nesse grupo (33,8%).

4. Apresentação e discussão dos resultados

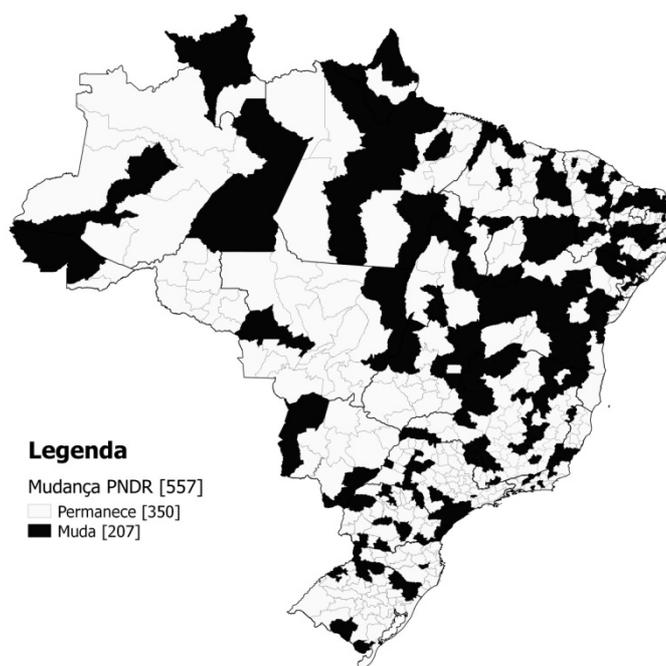
4.1. Mudanças na Tipologia

Com a atualização da tipologia, segundo os critérios descritos anteriormente, observa-se grande alteração na classificação, com 207 microrregiões (ou 37,1% do total) modificando sua situação em relação àquela constante no Decreto lei que institucionaliza a política. Como primeira aproximação dos dados levantados, a Figura 1 aponta para a disposição das MRG que tiveram ou não alteração de sua classificação na nova Tipologia proposta. Entre as 207 MRG cujos parâmetros foram alterados, nota-se que, em sua maior parte – ou seja, 58,5% – estão situados nas regiões Norte e Nordeste. Verificou-se a ocorrência de dezoito MRG que saíram da condição de Alta Renda para Dinâmica ou Estagnada, indicando que foram ultrapassadas, em renda domiciliar, por outras unidades. A seu turno, dezenove MRG deixaram a condição de Baixa Renda, para figurarem como Dinâmica ou Estagnada, apontando principalmente para um maior crescimento do PIB *per capita*.

As maiores mudanças ocorrem entre as MRG outrora classificadas como Dinâmica (88) ou Estagnada (82), cuja análise mais pormenorizada permitiria identificar se as modificações foram diretamente proporcionadas pelas políticas adotadas no âmbito da PNDR,

não sendo possível fazê-la no escopo deste artigo. Evidencia-se, porém, aumento do número de MRG de Baixa Renda, o que decorre de menores taxas de crescimento entre as MRG que figuram nesse grupo. Estas mudanças são mais fáceis de serem visualizadas nas Figuras 2 e 3. A Figura 2 apresenta a classificação das MRG para o ano de 2006, quando da implementação da política. Já a Figura 3 dispõe da nova proposta apresentada.

Figura 1 – Brasil: Microrregiões que sofreram nova classificação da tipologia da PNDR



Com exceção da Aglomeração Urbana de São Luís e da MRG de Teresina, todas as MRG que se tornaram Alta Renda – em substituição àquelas dezoito que perderam esta posição – estão situadas nas regiões Sul e Sudeste e já despontavam com nível médio de renda na metodologia anterior, quando eram classificadas como estagnada.¹³ Ou seja, tratam-se apenas de mudanças de posição nos limites discretos das faixas estabelecidas entre os dois grupos. Tais informações sugerem a permanência da concentração da renda nestas regiões, refletindo o quadro histórico da desigualdade regional brasileira, a despeito da melhora apontada por diversos pesquisadores da temática regional e urbana no Brasil para os últimos treze anos. Isto é, mantém-se uma relativa distância que as MRG do Norte-Nordeste têm em relação à renda média do país.

De igual modo, 56 MRG Estagnadas passaram à condição de Dinâmicas, sendo sete na região Norte; dezoito na região Nordeste, mesmo número para o Sudeste; nove na região Sul e quatro no Centro-Oeste. Entre as MRG Dinâmicas, das 88 que mudaram de posição, 50

¹³ Por outro lado, as 18 MRG que ostentavam esta posição anteriormente, também pertenciam ao Centro-Sul do país (exceção da MRG de Boa Vista), havendo apenas uma substituição entre elas, ocasionada pela superação da renda, como já sugerido.

passaram a condição de Baixa Renda, em função da perda de dinamismo do crescimento do PIB per capita, estando em sua quase totalidade situadas no Norte-Nordeste (apenas quatro MRG de Minas Gerais apresentaram o mesmo desempenho). Outras 38 MRG se tornaram Estagnadas, sendo 19 no Norte-Nordeste e 19 no Centro-Sul. Numa análise que precisa ser aprofundada, as mudanças na tipologia parecem apontar para uma piora na posição das MRG do Norte-Nordeste, cujas macrorregiões guardam a herança histórica das desigualdades regionais no Brasil.

Figura 2 – Brasil: Classificação das microrregiões, segundo tipologia da PNDR, no ano de 2006

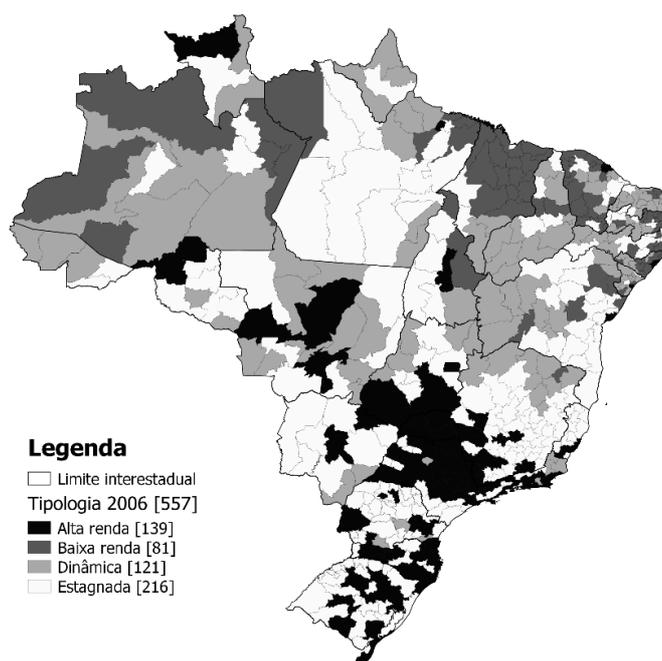
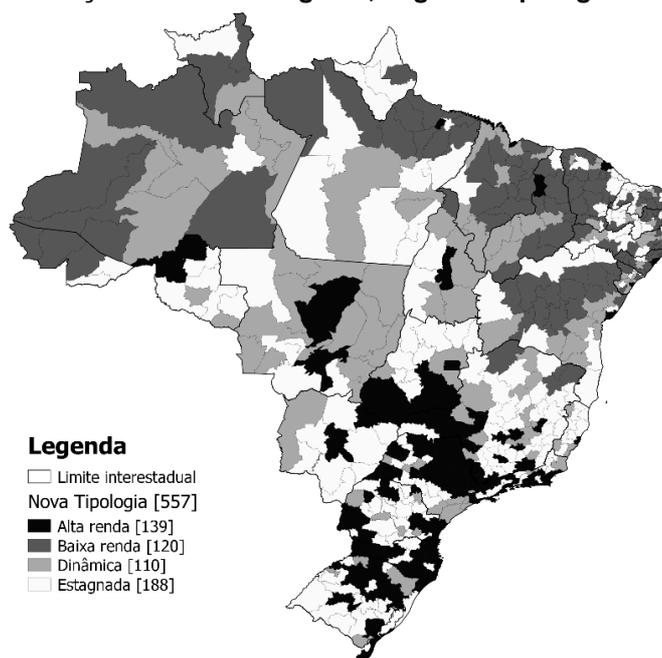


Figura 3 – Brasil: Classificação das microrregiões, segundo tipologia da PNDR, no ano de 2017



A Tabela 3 apresenta a disposição das MRG, conforme sua classificação, para as grandes regiões e as unidades da federação. O Nordeste concentra a maior parte das MRG de Baixa Renda, que também é a maioria entres as MRG desta região (50,3%). A visualização das Figuras 2 e 3 permite perceber o maior número de MRG de Baixa Renda, entre a primeira classificação e a atual. As maiores concentrações estão nos estados de Alagoas (76,9%), Ceará (60,6%) e Maranhão (57,1%).

Tabela 3 – Nova Tipologia Sub-Regional da PNDR, por Regiões e UFs

Unidade territorial	Alta renda	Baixa renda	Dinâmica	Estagnada	Total
Brasil	139	120	110	188	557
Região Norte	3	22	17	22	64
Rondônia	1	0	2	5	8
Acre	0	3	0	2	5
Amazonas	0	5	7	1	13
Roraima	0	2	1	1	4
Pará	1	10	3	8	22
Amapá	0	1	0	3	4
Tocantins	1	1	4	2	8
Região Nordeste	9	94	41	43	187
Maranhão	1	12	7	1	21
Piauí	1	8	5	1	15
Ceará	1	20	4	8	33
Rio Grande do Norte	1	9	2	7	19
Paraíba	1	11	2	9	23
Pernambuco	1	6	5	6	18
Alagoas	1	10	1	1	13
Sergipe	1	3	6	3	13
Bahia	1	15	9	7	32
Região Sudeste	65	4	27	64	160
Minas Gerais	15	4	12	35	66
Espírito Santo	1	0	4	8	13
Rio de Janeiro	8	0	2	8	18
São Paulo	41	0	9	13	63
Região Sul	48	0	9	37	94
Paraná	14	0	5	20	39
Santa Catarina	17	0	0	3	20
Rio Grande do Sul	17	0	4	14	35
Região Centro-Oeste	14	0	16	22	52
Mato Grosso do Sul	2	0	1	8	11
Mato Grosso	4	0	13	5	22
Goiás	7	0	2	9	18
Distrito Federal	1	0	0	0	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

No extremo oposto, apenas as unidades territoriais onde estão situadas as capitais estaduais do Nordeste apresentam classificação de Alta Renda, o que ilustra bem o quadro regional. Com menos áreas Dinâmicas e Estagnadas do que na versão anterior, importa investigar os fatores relacionados ao desempenho dessas áreas, no Nordeste.

A região Norte concentra o restante das MRG de Baixa Renda¹⁴ (34,4% das MRG da região), sendo a maior parte no Pará, também contando com igual número de MRG Estagnadas (34,4%) e com apenas três MRG de Alta Renda.¹⁵ Já a região Sudeste reúne quase metade das MRG de Alta Renda do país, o que representa 40,6% das unidades territoriais da região. Valor levemente superior ao número de MRG Estagnadas (40,0%).

Na região Sul, 51,6% das MRG é de Alta Renda, distribuídas pelos três estados. Destaca-se a predominância desse grupo no estado de Santa Catarina, com 85% do total de suas microrregiões. Por fim, a região Centro-Oeste tem 42,3% de suas MRG Estagnadas, mas com o maior percentual de MRG Dinâmicas, em relação às demais MRG do país. Considerando tratar-se de unidades com maior extensão territorial, estas MRG refletem o desempenho do agronegócio na região.

4.2. Caracterização das desigualdades regionais brasileiras: análise dos parâmetros de Rendimento e de PIB per capita

Como explicado ao longo do texto, a atualização da Tipologia Sub-regional foi construída com base no cruzamento de duas variáveis que procuram exprimir padrões e dinâmicas espaciais da economia e da população, permitindo um olhar criterioso sobre o território, apontando caminhos para a análise e a ação da política regional (BRASIL, 2003; 2007; 2010). As variáveis buscam retratar, por um lado, a riqueza relativa da população, com o rendimento médio dos habitantes e, por outro, o potencial relativo do crescimento econômico observado, a partir da variação do PIB *per capita* das microrregiões. Portanto, a primeira fornece uma visão estática e a outra uma visão dinâmica sobre as desigualdades territoriais.

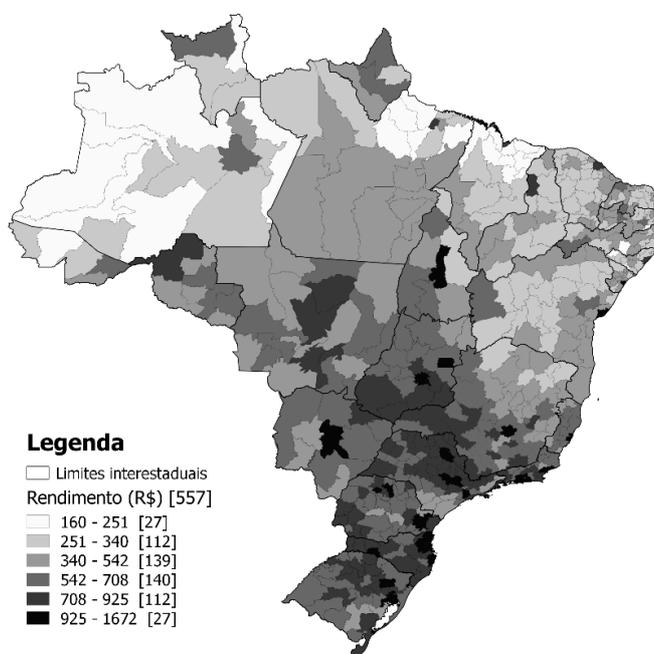
Nesta seção, discutem-se alguns dos principais resultados apresentados por cada variável, individualmente, a fim de compreender como cada uma delas reflete o atual estado das desigualdades regionais do país e de suas diferentes dinâmicas territoriais recentes. Também se faz apresentação sintética das informações por Tipologia. De antemão, lembramos que os dados utilizados nesta seção foram previamente preparados para a construção da Tipologia, conforme descritos na seção 2. Ou seja, estaremos nos referindo às variáveis ajustadas.

¹⁴ Com exceção de quatro unidades situadas ao norte do estado de Minas Gerais que também são de Baixa Renda.

¹⁵ São elas as MRG de Porto Velho (RO), Belém (PA) e Porto Nacional (TO).

As informações sobre o rendimento familiar fornecem o diagnóstico mais objetivo e direto a respeito das desigualdades sociais no país. Com efeito, o Brasil conserva a sua herança histórica de concentração da renda, em qualquer escala espacial que se analise, independentemente dos critérios sociais utilizados. A Figura 4 ilustra bem uma situação repetidamente demonstrada por pesquisadores da questão regional brasileira: a relativa concentração da renda *per capita* em determinadas porções do território brasileiro. De um lado, a concentração litorânea – referendada pela situação das capitais nordestinas em relação às demais sub-regiões de seu entorno – e, por outro, uma linha imaginária que corta o país no sentido leste-oeste, refletindo uma divisão norte e sul, entre os mais pobres e mais ricos do país.

Figura 4 – Distribuição do rendimento domiciliar mensal por habitante, entre as microrregiões brasileiras (2010)



Fonte: Censo Demográfico, 2010. Elaborado pelos autores.

A distribuição dos dados de renda domiciliar mensal *per capita* entre as microrregiões revela o quão distante o país ainda se encontra de superar suas profundas debilidades estruturais, no que tange ao seu quadro histórico de heterogeneidade social, econômica e produtiva no território. As Tabelas 4 e 5 ilustram a distância extrema dos níveis de rendimento. Com efeito, a microrregião mais rica do país detinha, em paridade de poder de compra, uma renda *per capita* dez vezes maior do que a unidade territorial mais pobre (R\$ 1.672 no Distrito Federal contra R\$ 160 em Japurá - AM). Enquanto a primeira correspondia a mais de 210%

da média do Brasil (R\$ 793),¹⁶ a última alcançava apenas 20% do rendimento *per capita* brasileiro.

Embora os dados de rendimento reflitam a posição estática para o ano de 2010, esta desigualdade é resultante da dinâmica assimétrica do desenvolvimento capitalista brasileiro, que se concentrou historicamente em alguns espaços, enquanto outros se viram secularmente estagnados. Um bom exemplo disto pode ser visto nas Tabelas 4 e 5, que ilustram as vinte microrregiões mais ricas e as mais pobres do Brasil, respectivamente. Apenas as MRG de Aracaju (SE) e de Natal (RN), entre todas as MRG do Norte e do Nordeste, lograram figurar entre os maiores rendimentos por habitante no país. Predominam nesta lista as principais áreas do Sul e do Sudeste.¹⁷ Por outro lado, entre as microrregiões de menor rendimento por habitante o Norte e Nordeste predominam.

Tabela 4 – Vinte maiores Microrregiões por valor do rendimento monetário médio mensal por habitante, valores ajustados (2010)

Microrregião	Valor (R\$)	Posição	Microrregião	Valor (R\$)	Posição
Brasília (DF)	1.672,24	1º	Jundiaí (SP)	1.049,54	11º
Florianópolis (SC)	1.345,70	2º	Aracaju (SE)	1.043,24	12º
São Paulo (SP)	1.241,95	3º	Joinville (SC)	1.030,74	13º
Curitiba (PR)	1.188,22	4º	Campinas (SP)	1.022,73	14º
Goiânia (GO)	1.101,47	5º	Itajaí (SC)	1.022,24	15º
Blumenau (SC)	1.091,92	6º	Vitória (ES)	1.010,97	16º
Caxias do Sul (RS)	1.088,99	7º	Maringá (PR)	1.001,09	17º
Rio de Janeiro (RJ)	1.082,90	8º	Ribeirão Preto (SP)	992,70	18º
Belo Horizonte (BH)	1.070,65	9º	Natal (RN)	992,01	19º
Porto Alegre (RS)	1.063,32	10º	Londrina (PR)	958,84	20º

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010. Elaborado pelos autores.

Tabela 5 – Vinte menores microrregiões por valor do rendimento monetário médio mensal por habitante, valores ajustados (2010)

Microrregião	Valor (R\$)	Posição	Microrregião	Valor (R\$)	Posição
Japurá (AM)	160,04	557º	Traipu (AL)	205,96	547º
B. Parnaíba Maranhense (MA)	181,50	556º	Coelho Neto (MA)	209,18	546º
Portel (PA)	184,00	555º	Gurupi (MA)	211,91	545º
Lençóis Maranhenses (MA)	192,48	554º	S. do Sertão Alagoano (AL)	218,83	544º
Itapecuru Mirim (MA)	194,28	553º	Rosário (MA)	221,40	543º
Juruá (CE)	198,77	552º	Lit. Ocid. Maranhense (MA)	223,25	542º

¹⁶ Dado extraído do Atlas de Desenvolvimento Humano de 2010, da PNUD.

¹⁷ O caso da MRG de Aracaju chama a atenção pelo fato de ter sido a área base adotada para a definição de uma paridade de poder de compra, pelo índice de cesta básica, a partir dos dados do DIEESE. Com efeito, ao apresentar o menor valor da cesta básica, Aracaju se projeta com um maior poder aquisitivo por unidade monetária, entre as capitais pesquisadas pelo DIEESE. Todavia, a utilização de outra área base não alteraria a posição de Aracaju, visto que a relação entre os preços se manteria. Seria o caso, futuramente, de se testar os resultados para diferentes índices de preços.

Chapadinha (CE)	203,73	551°	Baixada Maranhense (MA)	229,59	541°
Alto Solimões (AM)	204,94	550°	Guamá (PA)	229,86	540°
Purus (AM)	204,95	549°	Tarauacá (AC)	233,58	539°
Furos de Breves (PA)	205,08	548°	Vale do Ipanema (PE)	239,37	538°

Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2010. Elaborado pelos autores.

Este quadro reflete-se no desempenho das Tipologias Sub-regionais nesta nova proposta de atualização. Deste modo, somente as microrregiões de Alta Renda concentravam 75,2% do volume total dos rendimentos recebidos em 2010,¹⁸ e valor médio da renda *per capita* de R\$ 844. Trata-se, aqui, do grupo com maior percentual de urbanização entre os tipos investigados, com 94,9% de população urbana, densidade demográfica de 113 hab./km² e 57,7% da população nacional, em que pese ocupar apenas 11,4% do território brasileiro (ver Quadro 1).

Já as microrregiões de Baixa Renda, com 10,9% da população do país, concentravam apenas 3,7% da renda nacional. No conjunto, este grupo apresentava, em 2010, grau de urbanização de 54,5% e densidade demográfica de 8,4 hab./km², representando a maior parcela do território nacional (29,3%). O valor médio da renda por habitante nesse grupo era de R\$ 290, próximo de 37% da média do país. Os dados de volume de renda entre esses dois grupos também confrontam realidades muito distintas, no que se refere à capacidade que cada um tem de resistência às adversidades e de solução às suas debilidades estruturais. Isto se reflete na espacialização de diferentes dados socioeconômicos (educação, violência, saúde etc.), em que todos eles reprisam a divisão apresentada na Figura 4.¹⁹

As microrregiões Dinâmicas respondiam por 7,1% do volume total dos rendimentos recebidos em 2010, correspondendo a 11,4% da população brasileira. A renda *per capita* neste grupo era de aproximadamente R\$ 470, apresentando densidade demográfica de 9,2 hab./km² e correspondendo a 27% do território nacional. Sua extensão territorial, no entanto, é bastante influenciada pelo tamanho médio das microrregiões do Norte e Centro-Oeste do país, onde estão, majoritariamente, situadas.

Por último, as microrregiões Estagnadas que, normalmente, correspondem às áreas de ocupação mais antiga, cujos ciclos de crescimento econômico e demográfico ocorreram no passado, representavam 13,5% da renda nacional, com uma renda *per capita* de pouco mais de R\$ 535. O grupo mais numeroso entre as tipologias investigadas correspondia a 20%

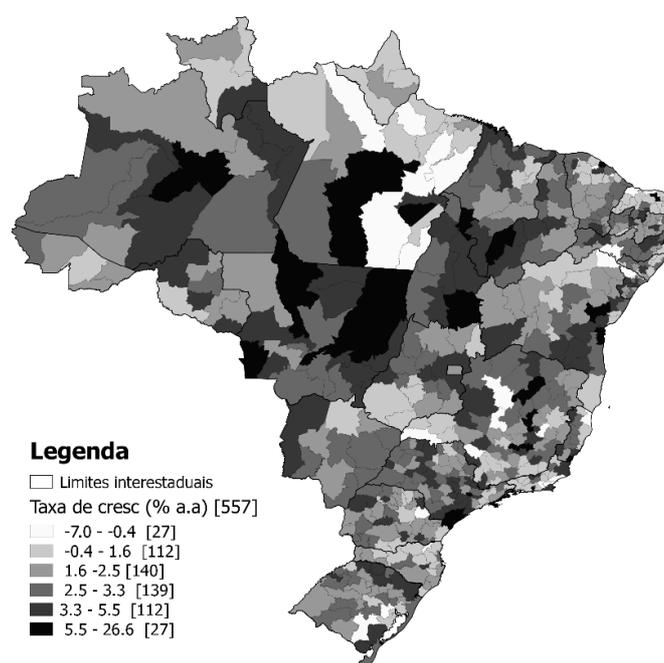
¹⁸ Chamamos a atenção para a importância deste indicador de volume total da renda, que difere do rendimento *per capita*. Isto porque, enquanto o último indica os benefícios individuais percebidos por ocasião da renda, o primeiro aponta para os ganhos de escala decorrentes de benefícios sociais superiores (mais do que a unidade) aos ganhos de rendimento, quando se acrescem novos habitantes.

¹⁹ A professora Tania Bacelar de Araújo, estudiosa de longa data da questão regional, demonstrou isto em palestra realizada em fevereiro de 2014, por ocasião dos 40 anos da FEE. O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QkcvAKgLfd0>.

da população brasileira e a 31,6% do território nacional. Sua densidade demográfica era de 14,2 hab./km².

Quanto à variável de crescimento econômico, ao longo do período investigado, a dinâmica produtiva ao nível das microrregiões, expressa pela variação do PIB *per capita* a preços constantes de 2010, apresenta a MRG de Itapemirim (ES) liderando o crescimento, fortemente influenciado pela exploração da Petrobrás. Contudo, as áreas de maior crescimento ocorrem na chamada Amazônia Legal, na região do Matopiba e em áreas pontuais do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, conforme demonstrado na Figura 5.

Figura 5 – Taxa de variação geométrica do PIB *per capita*, por microrregiões (2002-2014)



Fonte: IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de Referência 2010. Elaborado pelos autores.

A taxa de crescimento médio anual do PIB *per capita* entre as microrregiões do Brasil foi de 2,55%. Todavia, em pouco mais da metade das unidades territoriais o desempenho foi inferior a este percentual. Apenas seis microrregiões ultrapassaram a casa dos 10% anuais de crescimento, sendo cinco delas localizadas na região Sudeste, além de Valença (BA), situada no Nordeste. Entretanto, nota-se que a maior parte das microrregiões com crescimento econômico expressivo parte de uma base muito pequena, situados em áreas ainda pouco relevantes para o total da economia brasileira, com pouca participação na contribuição do PIB nacional. Um exemplo disto é que as 110 microrregiões Dinâmicas, conforme a nova classificação proposta, respondem por 9,1% do PIB Total brasileiro e 79,7% do PIB *per capita*, a preços correntes de 2014, em que pese responderem por 27,7% do território nacional e 11,3% da população (Quadro 1).

Deve-se destacar a liderança que a extração mineral e a expansão da fronteira agrícola exercem na dinamização da economia nacional. O crescimento econômico mundial e, em especial, o aumento da demanda internacional por bens primários – o “efeito China” – tiveram forte influência na composição dos PIBs regionais, modificando certas dinâmicas territoriais no Brasil, neste início de século XXI.

Em decorrência deste cenário, as MRG Dinâmicas tiveram taxas de crescimento médio bem acima das verificadas para o Brasil, com 5,1% a.a. A média nacional de 2,55% foi bastante influenciada pelo baixo desempenho das MRG Estagnadas (1,7%) e de Baixa Renda (1,72%), que respondem, respectivamente, por 13,5% e 3,0% do PIB do Brasil, em 2014. As taxas anuais relativas às MRG de Alta Renda estiveram próximas à média do país, com 2,30%, em que pese representarem três quartos do PIB nacional, a preços correntes de 2014, e concentrarem 57,7% da população nacional em 2010.

Quadro 1 – Resumo dos indicadores sociodemográficos por Tipologia da PNDR

Variação do PIB per capita 2002 - 2014 (média)	Rendimento Médio por Habitante, 2010		
	ALTA Acima de R\$ 708,00	MÉDIA Entre R\$ 340,45 até R\$ 708,00	BAIXA Até R\$ 340,45
ALTA Acima de 3,34% a.a	SUB-REGIÕES DE ALTA RENDA - 139 microrregiões - 11,4% do Território Nacional, 2010 - 57,7% da População, 2010 - 113,3 hab./km², 2010 - 94,87% Taxa de Urbanização, 2010 - 75,2% da Renda Total, 2010 - 74,5% do PIB (R\$ 2014) - PIB per capita (R\$ 2014) - R\$ 36.702,00 - 128,80 (BR = 100)	SUB-REGIÕES DINÂMICAS - 110 microrregiões - 27,7% do Território Nacional, 2010 - 11,4% da População, 2010 - 9,2 hab./km², 2010 - 73,44% Taxa de Urbanização, 2010 - 7,1% da Renda Total, 2010 - 9,1% do PIB (R\$ 2014) - PIB per capita (R\$ 2014) - R\$ 22.714,55 - 79,71 (BR = 100)	
		SUB-REGIÕES ESTAGNADAS - 188 microrregiões - 31,6% do Território Nacional, 2010 - 20,0% da População, 2010 - 14,2 hab./km², 2010 - 76,53% Taxa de Urbanização, 2010 - 14,0% da Renda Total, 2010 - 13,5 % do PIB (R\$ 2014) - PIB per capita (R\$ 2014) - R\$ 19.223,24 - 67,46 (BR = 100)	SUB-REGIÕES DE BAIXA RENDA - 120 microrregiões - 29,3% do Território Nacional, 2010 - 10,9% da População, 2010 - 8,4 hab./km², 2010 - 54,51% Taxa de Urbanização, 2010 - 3,7% da Renda Total, 2010 - 3,0% do PIB (R\$ 2014) - PIB per capita (R\$ 2014) - R\$ 7.824,94 - 27,46 (BR = 100)
MÉDIA Entre 1,59% até 3,34% a.a			
BAIXA Até 1,59%			

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Este cenário, sintetizado no Quadro 1, corresponde à própria metodologia utilizada para Tipologia Sub-regional, em que as MRG Estagnadas e de Baixa Renda foram selecionadas com base nas menores faixas de crescimento do PIB *per capita*. Aponta, portanto, para os desafios colocados a Política Nacional de Desenvolvimento Regional de ativar mecanismos que favoreçam o crescimento econômico e gerar melhorias sociais das áreas mais debilitadas do território brasileiro. É o caso especial das microrregiões de Baixa Renda – que em 2014 alcançavam apenas 27,46% do PIB *per capita* do país – crescendo a taxas inferiores que a média do Brasil e abaixo das microrregiões de Alta Renda.

Por fim, na Tabela 6 apresenta-se a contribuição ao PIB brasileiro total, a preços básicos, e por setor econômico, de cada grupo sub-regional da PNDR, para o ano de 2014. Também permite conhecer a estrutura setorial interna do PIB em cada grupo. Os dados revelam a importância econômica que as MRG de Alta Renda têm para a geração do produto total do país, em todos os setores. Com 70,3% do Valor Adicionado Bruto (VAB) total, este grupo concentra um terço da produção agropecuária, 71% da indústria e 80% das atividades de serviços do país, além de responderem por quase dois terços dos serviços de administração pública.

Tabela 6 – Participação do Valor Adicionado Bruto por setores no país e no VAB Total, por Tipologia da PNDR, 2014

Tipologia PNDR	Agro	Ind	Serv	Adm. Púb	VAB Total	Agro	Ind	Serv	Adm. Púb	VAB Total
Alta Renda	34,2	70,9	80,4	63,3	73,0	2,4	23,1	60,3	14,2	100,0
Baixa Renda	10,1	1,4	1,9	8,3	3,3	15,6	10,4	32,1	41,9	100,0
Dinâmica	19,4	14,4	6,7	9,9	9,6	10,0	35,5	37,7	16,8	100,0
Estagnada	36,3	13,2	11,1	18,5	14,1	13,0	22,4	43,0	21,6	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios – Ano de Referência 2010.

No outro extremo, as microrregiões de Baixa Renda correspondem a 10% da atividade agropecuária no país, mas contribuem de forma bastante marginal à geração de valor das atividades secundárias e terciárias. Exceção à participação dos serviços de administração pública, que representam pouco mais de 8% do VAB brasileiro neste setor. Este último dado reflete-se na composição setorial interna entre as microrregiões deste grupo, cuja participação da Administração Pública é de 42%, chamando a atenção para a dependência que estas áreas possuem dos gastos do governo.

Já entre os grupos intermediários, as microrregiões Dinâmicas têm maior contribuição ao VAB Total do Brasil pelo setor agropecuário (19,4% do VAB da Agropecuária), que representa 10% de sua estrutura setorial interna, refletindo o dinamismo econômico da agropecuária exportadora no país. O setor industrial também tem relevância nesse conjunto

regional, com 14,4% do VAB total do país e 35,5% em sua geração intersetorial. Por fim, as MRG Estagnadas correspondem à maior parcela do VAB Agropecuário brasileiro, com 36,3% de todo o valor gerado por este setor. As atividades da administração pública também despontam com grande participação (18,5%), levando este a ser o segundo maior conjunto regional na geração de valor no Brasil (14,1% do VAB total).

5. Conclusão

O presente texto buscou contribuir para a discussão sobre a política regional no Brasil, ao propor uma atualização dos parâmetros utilizados na metodologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Deste modo, permitiu-se aprofundar o olhar sobre o território nacional, apontando caminhos para a análise e a ação da política regional. A atualização dos parâmetros utilizou-se dos dois indicadores básicos para a Tipologia Sub-regional, que serve para definição das áreas elegíveis para a PNDR e seguida, em sua maioria, pelos fundos constitucionais, por exemplo.

Esses indicadores retratam tanto a riqueza relativa da população no âmbito das microrregiões, como o rendimento médio de seus habitantes e o potencial de crescimento econômico. Sua atualização, ainda que de forma limitada, nos permitiu a comparação da situação atual das MRG em relação à classificação anterior, feita no momento da formulação da PNDR. Para tanto, procurou-se reproduzir os mesmos procedimentos adotados quando da implementação da política. Com efeito, os dados que serviram de base para a classificação das microrregiões no momento da instauração da PNDR referem-se, ainda, à década de 1990, e em nada representam as transformações vividas pela economia brasileira, em seus diferentes impactos regionais, neste início de século XXI.

Verificou-se uma grande alteração na classificação das microrregiões brasileiras, na Tipologia Sub-regional da PNDR. Porém, tais mudanças não alteraram o quadro histórico das desigualdades regionais do país, com os maiores níveis de renda concentrados, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste do país e circunscrito às capitais estaduais no Nordeste. Todavia, identificou-se a emergência de novas áreas com alto dinamismo econômico, em parte refletindo os efeitos do desempenho da economia nacional e internacional, no período – tais como o *boom* das commodities e a exploração do petróleo, por exemplo – e, em parte, resultante de uma baixa base de comparação nas áreas de expansão de fronteira.

Referências

ARAÚJO, B. T. Desenvolvimento regional brasileiro e as políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial/FLACSO Brasil, 2013, p. 157-172.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL. **A PNDR em dois tempos: a experiência apreendida e o olhar pós-2010**. Brasília: MI/SDR, 2010. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/10157/c5460640-8b23-43de-ba2a-1fd0ee391aa0>>. Acesso em: 17/09/2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.047**, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências [Online]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm. Acesso em: 12/07/2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – Sumário Executivo**. Brasília: SDR/MI, 2003, 32 p. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=240b7eb3-af5d-458a-ad65-1e9f4d5e9095&groupId=24915>. Acesso em: 23/12/2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos – banco de dados**. São Paulo: DIEESE, 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/cesta/#>>. Acesso em: 01/01/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto dos municípios: 2010-2015**, Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Nota metodológica da série do PIB dos Municípios – Referência 2010**. Rio de Janeiro: IBGE/DPE/CONAC, set., 2015a. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/Notas_Metodologicas_2010/NotaMetodologicaPIB_MunicipiosRef2010.pdf>. Acesso em: 12/02/2017.

_____. **Nota metodológica da série retropolada (2002-2009). PIB dos Municípios – Referência 2010**. Rio de Janeiro: IBGE/DPE/CONAC, set., 2015b. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/Notas_Metodologicas_2010/NotaMetodologicaPIB_MunicipiosC3%ADpriosRetropolacao.pdf>. Acesso em: 12/02/2017.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Série Relatórios Metodológicos, v. 29). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv41219.pdf>>. Acesso em: 12/02/2017.

MACEDO, F. C.; PORTO, L. R. Desequilíbrios regionais, PIB municipal e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): aspectos metodológicos e diagnóstico do período recente (2002-2014). In: **Anais do VIII Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Regional (2017)**, Santa Cruz do Sul (RS), UNISC, 2017. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/issue/current/showToc>>. Acesso em: 28/02/2018.

MACEDO, F. C.; PIRES, M.; SAMPAIO, D. 25 anos de Fundos Constitucionais de Financiamento no Brasil: avanços e desafios à luz da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Eure**, Santiago (Chile), v. 43, n. 129, maio, 2017, p. 257-277.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: OSORIO, J. et. al. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012a, p. 37-86.

_____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: OSORIO, J. et. al. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012b, p. 103-133.